

Exmo. Sr. Primeiro-Ministro

M.I. Dr. Luis Montenegro

Correspondência remetida via:

- Correio eletrónico: gabinete.pm@pm.gov.pt

C/c: Exma. Sra. Ministra da Saúde

Correspondência remetida via:

- Correio eletrónico: gabinete.ms@ms.gov.pt

C/C Exam. Sra. Secretária de Estado da Administração Pública

Correspondência remetida via:

- Correio eletrónico: gabinete.seap@mf.gov.pt

STSS/Pt/LD/1113

Prc. N/

Matosinhos, 15 de Outubro de 2024

Assunto: Pedido de audiência urgente – Ausência de processo negocial da regularização da carreira especial dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica (TSDT) – greves nacionais.

Excelência

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, dirige-se, mais uma vez, este Sindicato, a V. Ex., uma vez que o Ministério da Saúde não responde a qualquer comunicação dirigida por este Sindicato, desconsiderando mesmo todas as tentativas de contacto e de pedidos de reunião, nos últimos três meses.

Desde Julho, que o Sindicato aguarda respostas para as matérias assumidas de resolução urgente, por parte dos membros do Governo, em reunião ocorrida a 17 julho com os sindicatos representativos dos TSDT, assim como a apresentação da proposta de protocolo negocial e agendamento de uma reunião em setembro.

Até à presente data, estes profissionais de saúde continuam a aguardar, a também considerada urgente, clarificação, pelo Ministério da Saúde, sobre a atribuição de um ponto e meio por cada ano de trabalho a todos os TSDT, em consonância com centenas de acórdãos e deliberações dos Conselhos de Administração de mais de 60% das instituições nacionais do SNS.

Apenas com os sindicatos representantes destes profissionais de saúde, não se deu início ao processo negocial, em que se verta toda a importância, que vossa Ex. reconhece publicamente, para com os profissionais de saúde e, à semelhança de outras carreiras especiais, já com protocolos negociais assinados e acordos estabelecidos e assumidos pelo MS e Governo.

Esta atuação discriminatória do Ministério da Saúde, agrava-se, uma vez que persiste em não dialogar com este Sindicato, faltando sistematicamente ao compromisso inicial de apresentar resoluções e protocolo negocial até ao final do mês de agosto, mantendo, no entanto, o Ministério da Saúde negociações e propostas efetivas com outros profissionais de saúde.

Face ao que antecede, é incomportável para estes trabalhadores, e seus representantes, manter a paz social nos locais de trabalho e assistirem à total desconsideração a que estão a ser votados por parte do Governo, sem demonstrarem o seu descontentamento e revolta.

Neste sentido, o Sindicato solicita uma audiência com V. Exa, por forma a serem prestados os esclarecimentos necessários sobre o ponto de situação das reivindicações dos TSDT, designadamente, para que estes trabalhadores possam ter direito à aplicação da lei sem recorrer aos Tribunais e não continuarem a ser sujeitos à falta de respeito por parte de algumas instituições.

Senhor Primeiro-Ministro,

Todos os profissionais de saúde merecem o respeito do Governo e, perante o Estado de Direito, devem ser tratados com igualdade e imparcialidade diante dos governantes.

Conforme Vossa Ex. afirmou no passado dia 7 de outubro, "*Precisamos de renovar os equipamentos, acrescentar tecnologia, e garantir condições de trabalho que atraiam e retenham o capital humano, sem o qual os cuidados de saúde não podem ser assegurados. Este é o nosso compromisso, refletido no programa do Governo.*", onde também reiterou o compromisso do Governo com a valorização das condições de trabalho no setor público, nomeadamente das carreiras na administração pública, incluindo as dos profissionais de saúde, que foi identificada como uma prioridade.

Neste sentido, apelamos assim a V. Ex. a atenção sobre o quadro acima expandido e, no âmbito dos poderes que lhe foram conferidos pela República Portuguesa, haja na defesa destes profissionais de saúde e promova, junto do Ministério da Saúde, as diligências necessárias para as devidas respostas e que seja iniciado o processo negocial com urgência, evitando assim o escalar do conflito com estes profissionais de saúde, com consequências diretas na prestação de cuidados e para os utentes do SNS, podendo o Governo parar este conflito, dando Instruções imediatas sobre a atribuição de 1,5 pontos por ano a todos TSDT e assinando um protocolo negocial com os seus representantes que inclua as matérias já suficientemente identificadas pelos sindicatos.

Por fim, aguardamos o agendamento da audiência.

Com os melhores cumprimentos

PI a Direção Nacional



(Luis Dupont - Presidente da Direção Nacional do STSS)